

OS LIVROS DE LINHAGENS NA IDADE MÉDIA PORTUGUESA A constituição de um gênero entre a genealogia e a narrativa

José D'Assunção Barros¹

USS

RESUMO

Este artigo objetiva discutir inicialmente um gênero literário específico cuja maior singularidade é apresentar-se como uma forma literária híbrida – os chamados livros de linhagens, fontes genealógicas e narrativas da Idade Média portuguesa (séculos XIII-XIV). A ênfase da análise dirige-se ao *Livro de linhagens do Conde Dom Pedro*, compilado durante o reinado de Dom Afonso IV (Ω 1325-1357). O texto linhagístico é examinado como um espaço de poder, dentro do qual os grupos da nobreza são colocados diante de situações de inclusão e exclusão social, e o hibridismo textual – alternando a descrição genealógica com narrativas de diversos tipos – é visto como um recurso eficaz para o exercício destes poderes e micropoderes. Por fim, na parte final do artigo, busca-se discutir, a partir destas fontes históricas específicas que são os livros de linhagens, uma das mais importantes questões do período: as relações entre a Nobreza e a Realeza. O problema específico que permitirá examinar estas relações é o da construção discursiva de um certo imaginário cavaleiresco que encontra sua projeção em algumas das narrativas incluídas nos livros de linhagens.

PALAVRAS-CHAVE:

Narrativa medieval; texto genealógico; imaginário cavaleiresco.

ABSTRACT

This article, in a first moment, intends to discuss a specifically literary genre with mainly singularity is to be presented as a hybrid literary form – the called lineage books, genealogic and narrative fonts of the Portuguese Middle Ages (centuries XIII and XIV). The emphasis is in the *Livro de linhagens do Conde Dom Pedro*, compiled during the reign of Dom Afonso IV (Ω 1325-1357). The genealogic text is examined as a power space, in witch one the social groups of the Nobility are placed ahead of situations of social inclusion or exclusion. In this case, the textual hybridism – alternating the genealogical description with narratives of diverse types - is seen as an efficient resource for the exercise of these powers and micro powers. Finally, in the last part of the article, the object is to discuss, trough these especially historical fonts that are the ancestral books, one of the most important questions of the period: the relations between the Nobility and the Kingdom. The specifically problem that will allow to examine these relations is the

¹ O texto que aqui se apresenta faz parte de uma pesquisa intitulada “O imaginário cavaleiresco através das fontes narrativas e genealógicas de Portugal nos séculos XIII e XIV”, desenvolvida junto ao Real Gabinete Português de Leitura (Rio de Janeiro) com o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian.

problem of the building of a knight's imaginary that finds its projection in some narratives included in the Portuguese ancestral books.

KEYWORDS:

Medieval narrative; genealogic text; Knight's Imaginary.

Os livros de linhagens como gênero e forma literária híbrida

A História Cultural e Literária da Idade Média conheceu, no decurso de seu desenvolvimento, alguns gêneros híbridos – aqui entendidos como aqueles gêneros literários que intermesclam ou entremeiam distintos padrões formais, dois ou mais modos de apresentação do texto, materiais e conteúdos francamente diversos ou estilos textuais bem diferenciados. Talvez o mais relevante exemplo de gênero e forma híbrida da literatura medieval ibérica esteja exemplificado com os chamados livros de linhagens, gênero textual que de saída alterna a forma genealógica e a forma narrativa, e que, além disto, encaminha através da sua parte narrativa conteúdos tão diversos como os relatos míticos, os registros com pretensão histórica, as anedotas, os episódios de memória familiar, os *exempla* e os textos de cunho moral. É este hibridismo textual, que se fez tão típico dos livros de linhagens, que abordaremos na primeira parte deste artigo, tomando por foco de análise os três livros de linhagens mais conhecidos da Idade Média portuguesa. Feito isto, nosso objetivo ao final do texto será o de examinar uma questão específica: a contribuição dos livros de linhagens para a difusão de um imaginário cavaleiresco específico e para uma releitura da ideia de Realeza.

Para entender o primeiro traço de hibridismo presente nos livros de linhagem – a alternância entre a *forma genealógica* propriamente dita e a *narrativa* – será preciso esclarecer o que estaremos respectivamente entendendo como *forma genealógica* e como *forma narrativa*. A *narrativa* deverá aqui ser considerada como uma organização de materiais em uma dada ordem de sequência cronológica que, pelo menos para este período e para este contexto específico de recursos e procedimentos literários, dá-se essencialmente de modo a concentrar o conteúdo em uma estória principal e coerente, mesmo que admitindo eventualmente subenredos. A narrativa, nesta acepção mais simples, será correspondente a este *contar uma estória*, não importa qual seja o teor desta estória – se histórico, mítico, anedótico, exemplar, ou de fundo moralístico.

Por outro lado, no interesse de delimitar os fundamentos da *forma genealógica* propriamente dita – aqui definida como uma sequência de nomes e relações entre os nomes que constituem uma rede familiar ou linhagística – compreenderemos a *genealogia* como um gênero textual cujo objetivo mais visível é o de perpetuar a memória e a história de uma sucessão familiar, de uma linhagem, ou mesmo uma rede de histórias familiares

que se entrecruzam. Quando a genealogia refere-se a famílias que são propostas como aristocráticas, ou que a si mesmas atribuem um *status* de nobreza, encontramos com frequência a denominação *nobiliários*. Na Idade Média portuguesa, entre os séculos XIII e XIV, os nobiliários eram conhecidos mais habitualmente como livros de linhagens, e assumiram feições muito específicas, sendo a esta singular modalidade literária que estaremos dedicando as considerações que se seguem.

Como veremos oportunamente, os livros de linhagens adquirem seus sentidos precisamente a partir desta peculiar alternância entre *listagem genealógica e narrativa*. Mas, antes de mais nada, será oportuno refletir sobre a finalidade que cumpre, no seu contexto sociocultural de produção e difusão, este tipo complexo de texto que se tornou tão típico da literatura nobiliárquica da Idade Média ibérica.

As genealogias familiares – tão comuns nos diversos países europeus do ocidente medieval – costumavam na verdade desempenhar um papel de primeira ordem para a reconstrução social da memória familiar, notadamente no seio da nobreza feudal. Reconstruir uma lista de antepassados, de parentes e contraparentes, de relações entre um homem e os heróis ou traidores familiares que o precederam, era inserir este homem em um vasto sistema de valores e contravalores. Através da linhagem que se tornava visível a todos através dos nobiliários, os diversos indivíduos pertencentes à nobreza viam-se oportunamente inseridos em uma rede de alianças e solidariedades, e ao mesmo tempo em um sistema de rivalidades que contrapunha os indivíduos através de ódios e antipatias ancestrais que eram herdados tão concretamente como as propriedades fundiárias ou os brasões de família. As linhagens, e através delas os nobiliários que as registravam por escrito, conferiam ao indivíduo pertencente à nobreza um traço fundamental de sua *identidade*, explicitando-lhe seus espaços de inclusão e de exclusão social, as suas conexões com o mundo social e histórico, e sobretudo sua inserção e tipo de inserção em uma complexa rede de entrecruzamentos familiares a linhagísticos.

Em outros contextos culturais exteriores às sociedades ibéricas, muitas vezes as genealogias não passavam de extensas listagens familiares, com um mínimo de material narrativo apresentando uma ou outra explicação que se fazia necessária para o acompanhamento de uma determinada história familiar através de uma dada sucessão de casamentos e filiações. Contudo, foi precisamente nos reinos ibéricos dos séculos XI ao XIV que as genealogias assumiram esta característica própria: tenderam a deixar de ser meras listas de casamentos e filiações para constituírem um gênero híbrido que misturava a *crônica* à *genealogia* propriamente dita². Assim, nesta espécie de texto, um tipo de discurso genealógico em forma de lista familiar – que vai descrevendo passo a passo uma

² Esta forma genealógica, distinta das suas congêneres na Europa extrapeninsular, já aparece na península Ibérica desde as genealogias de Navarra (*Genealogia de Roda*, do século X; *Liber Regnum*, do século XII e *Libro de las Generaciones*, de 1260) até chegar aos chamados livros de linhagens portugueses, que serão objeto deste artigo.

cadeia linhagística através dos seus sucessivos desdobramentos – vê-se, de momentos em momentos, entrecortado por um discurso narrativo que é interpolado à lista genealógica para pretensamente caracterizar o indivíduo ou a família descrita.

As nossas fontes principais para a compreensão deste modelo genealógico-narrativo que se tornou tão característico da Idade Média ibérica – e que no Portugal dos séculos XIII e XIV adquiriu expressão através dos chamados livros de linhagens – serão os três livros de linhagens que foram preservados em arquivos – o *Livro velho*, o *Livro do Deão*, e o *Livro de linhagens do Conde Dom Pedro*³.

Antes de prosseguirmos, exemplificaremos rapidamente o estilo híbrido comum aos livros de linhagens portugueses da Idade Média, caracterizado essencialmente pela já mencionada alternância da listagem genealógica com o texto narrativo que relata casos ou eventos relacionados aos personagens mencionados na descrição genealógica propriamente dita. Esta alternância entre descrição genealógica e narrativa ocorre habitualmente, diga-se de passagem, em cada um dos três nobiliários ou livros de linhagens portugueses que chegaram aos nossos dias, todos eles entremeando nas partes genealógicas trechos narrativos de diversos teores. Trata-se, portanto, de uma característica bastante singular das genealogias portuguesas deste período. Para facilitar a compreensão deste caráter híbrido do texto linhagístico, consideraremos em seguida um segmento extraído do *Livro de linhagens do Conde Dom Pedro*:

E dom Fernam Fernandez foi casado com dona Maria Alvarez, filha do conde dom Álvaro de Fita, e fez em ela uo filho e ua filha. E o filho houve nome Martim Fernandez e foi mui booo mancebo e morreo cedo, de idade de XXVI annos; E a filha houve nome dona Sancha, e demandou-a o emperador, e ela, com medo de seu irmão, nom se atreueo. E como aquela que queria fazer mal, deu peçonha a seu irmão e matou-o, e depois foi-se para o emperador e foi sa barregãa. E o emperador houve em ela ua filha que houve nome dona Estevainha, e foi casada com dom Fernam Rodrigues de Castro. / E por esta morte de Martim Fernandez, que foi tam maa, por emenda de as alma, foi feito o moesteiro de Valboa de Doiro. [a partir daí, segue com nova descrição genealógica de membros da linhagem que está sendo apresentada]

(LL 21G11)⁴

O trecho corresponde a um segmento narrativo que interrompe o discurso genealógico simples – mera descrição de nomes, casamentos e descendências. Aqui, o genealogista deixa de descrever exclusivamente as relações de parentesco para passar a

3 Os livros de linhagens foram compilados em momentos diversos entre o século XIII e XIV, sofrendo sucessivas interpolações até assumirem a sua forma definitiva. São conhecidos basicamente três livros de linhagens: o *Livro velho* (LV), o *Livro do Deão* (LD) e o *Livro de linhagens do Conde Dom Pedro*, que aqui chamaremos de *Livro de linhagens* (LL). Os períodos presumíveis para as suas compilações vão de 1282 a 1290 para o LV, de 1290 a 1343 para o LD, e de 1340 a 1343 para o LL. As três fontes já possuem edições diplomáticas importantes. 1 – *Livros velhos de linhagens* (incluindo o *Livro velho* e o *Livro do Deão*) e 2 – *Livro de linhagens do Conde Dom Pedro* (MATTOSO e PIEL, 1980).

4 Remetemos às abreviaturas mais comumente utilizadas para os livros de linhagens e suas narrativas: LL – *Livro de linhagens do Conde Dom Pedro*; LV – *Livro velho de linhagens*; LD – *Livro do Deão*.

narrar um pequeno caso que envolve o último indivíduo mencionado na lista genealógica – uma jovem aristocrata chamada dona Sancha. Pela narrativa, sabemos que a mulher nobre havia sido seduzida pelo Imperador a se tornar sua barregã (amante). Como temia a reprovação do irmão, a jovem resolveu por fim assassiná-lo dando-lhe veneno. Depois do trecho narrativo que expõe este caso, a descrição genealógica é retomada e segue descrevendo a sucessão de descendentes deste mesmo ramo familiar.

Este é o padrão que encontraremos nos livros de linhagens da Idade Média portuguesa: listagem de nomes em forma de relato, alternando-se com trechos narrativos que contam casos diversos ou outros tipos de intervenções propostas pelos genealogistas. As interferências narrativas podiam neste caso se apresentar com vários tamanhos e de modos diversificados nos nobiliários, constituindo desde comentários menores sobre o valor ou contravalor de tal ou qual nobre, até trechos um pouco mais extensos como o que acabamos de ler, chegando por fim a narrativas de extensões consideráveis. Há narrativas que remetem a acontecimentos históricos ou a construções literárias de caráter lendário, mas há também anedotas depreciativas ou laudatórias, bem como *exempla* de diversos tipos – isto é, narrativas de teor didático-moralístico cuja função é impor um certo padrão comportamental ou moral através de situações que enaltecem ou punem este ou aquele modelo de comportamento representados pelos personagens da narrativa. Há ainda casos em que um refundidor posterior interpola comentários ou novos segmentos narrativos em uma narrativa já estabelecida no documento original. Deste modo, o próprio texto linhagístico converte-se em espaço para múltiplos enfrentamentos sociais e tensões implícitas.

As interferências narrativas podiam se apresentar de modos diversificados nos nobiliários, constituindo desde comentários sobre o valor ou contravalor de tal ou qual nobre⁵ até trechos mais longos como o que acabamos de ler, chegando mesmo a narrativas de extensões consideráveis. Narrativas diversas costumam aparecer em cada um dos três livros de linhagens portugueses, configurando portanto uma prática corrente de alternar o registro familiar restrito com relatos de menor ou maior dimensão e de naturezas diversas. Há ainda os casos em que um refundidor posterior interpola comentários ou novos segmentos narrativos em uma narrativa já estabelecida no documento original. Desta forma, o próprio texto linhagístico converte-se em espaço para múltiplos enfrentamentos sociais e para tensões implícitas, mormente nos casos em que o refundidor propõe-se a corrigir uma injustiça cometida por um relato anterior contra este ou aquele nobre.

É com esta intenção, por exemplo, que o refundidor de 1383 introduz, em seguida a uma das narrativas do *Livro de linhagens do Conde Dom Pedro*, uma nova versão do mesmo caso, cuidando de precedê-la pelo seguinte comentário:

5 O segmento genealógico que acabamos de examinar inclui um comentário deste tipo, ao afirmar que “Este Rodrigo Gonçalves era de vinte annos, e com seu poder foi em muitas fazendas, e diziam por el as gentes que nunca virom taes vinte annos”. Em seguida, recomeça a descrição genealógica.

E nós fesemos muito, em nosso tempo, pera saber a verdade deste feito, si passara assi como aqui é escrito. E achamos [...] que esto fora apostila de mal dizer, porque eles ouviram dizer a seus padres e a muitos que foram daquele tempo, que a esto foram presentes, como adeante diz, que o feito passara assi...
(LL 35A1)

À parte estas situações mais peculiares, raramente um refundidor tardio do nobiliário explicita a sua intervenção diretamente no texto, o que acaba por desfavorecer a percepção da prática interpolativa pelo leitor desavisado. O texto acima destacado é mesmo um dos raros momentos em que se torna explícito o diálogo intratextual entre o refundidor posterior e o cronista original – daí o seu valor excepcional. Em todo o caso, explícitas ou implícitas, pequenas correções em narrativas oriundas de uma versão original do nobiliário não são incomuns, embora sejam mais frequentes interpolações de trechos ou narrativas inteiras, como aquelas encontradas no título XXI do *Livro de linhagens do Conde Dom Pedro* e que são hoje atribuídas ao refundidor de 1383.

Compreendidos estes primeiros traços de hibridismo textual que se expressam através da alternância do padrão genealógico com o padrão narrativo, consideraremos o principal livro de linhagens português – o *Livro de linhagens do Conde Dom Pedro* – dentro do seu contexto histórico, social, político e cultural.

Contexto histórico do *Livro de linhagens do Conde Dom Pedro*

O *Livro do Deão* e o *Livro de linhagens do Conde Dom Pedro* – dois nobiliários portugueses do século XIV – foram compilados durante o reinado português de D. Afonso IV (Ω 1325-1357), possivelmente no período imediatamente anterior à Batalha do Salado (1340)⁶. Ao mesmo tempo em que se vivia no reino de Portugal um período de enfrentamento mais agressivo em relação ao inimigo mouro, os conflitos sociais internos também marcavam a tônica do período. Assim, a guerra civil de 1319-1324 havia dado expressão, algumas décadas antes, a um conflito latente entre o projeto centralizador do rei D. Dinis (Ω 1279-1325) e um setor da nobreza interessado em conservar alguma autonomia senhorial. O pretexto, e ao mesmo tempo uma das razões do conflito, fora a ameaça de uma futura crise sucessória diante da qual D. Dinis parecia inclinado a propor para seu sucessor, em detrimento do infante Afonso, o filho bastardo Afonso Sanches. Parte da nobreza senhorial, colocando-se ao lado do futuro rei Afonso IV, encontrara uma oportunidade exemplar para afrontar o governante centralizador e lutar pelos seus próprios interesses.

6 A *Batalha do Salado*, ocorrida em 30 de outubro de 1340, foi travada entre cristãos ibéricos e mouros da Andaluzia junto à ribeira do Salado, na província de Cádiz. Logo assumiu uma posição simbólica extremamente significativa no âmbito da Reconquista Ibérica, e também da História de Portugal.

Com a vitória do infante Afonso, esta nobreza saíra moralmente fortalecida. Isso não significa que, após a morte de D. Dinis e alguns anos passados do entronamento de D. Afonso IV, não emergissem mais uma vez os conflitos entre o poder régio centralizador e os interesses de autonomia senhorial de parte da nobreza. De 1325 a 1343 o embate centralizador volta a estar na ordem do dia, em período mais ou menos coincidente com o da recolha de materiais, da compilação e da publicação tanto do *Livro do Deão* como do *Livro de linhagens do Conde Dom Pedro*. Neste período, diversos marcos assinalam a retomada do projeto centralizador sob o reinado de D. Afonso IV: 1325 – leitura e confirmação de privilégios; 1331 – reiteração da lei de 1317 suprimindo as apelações ao senhor; 1324, 1325, 1341, 1343 – textos legislativos antissenhoriais (Gama Barros, 1945, p. 458).

Apesar disto, com as não muito distantes vitórias na Guerra Civil de 1319, a alta nobreza estava mais fortalecida do que nos reinados anteriores de D. Afonso III (Ω 1248-1279) e D. Dinis (Ω 1279-1325), pelo menos no que se refere ao aspecto da afirmação da identidade nobiliárquica. Por outro lado, pode-se dizer que economicamente a nobreza encontrava-se mais ameaçada. Enfrentava a ascensão de outros grupos sociais, inclusive mercadores que lhes emprestavam dinheiro e por isso podiam dominá-los economicamente; fora as repercussões do incremento de uma economia de produção que deixava em condições de inferioridade as senhorias (Mattoso, 1978, p. 54). É este o contexto tanto do *Livro do Deão* como do *Livro de linhagens do Conde Dom Pedro*.

O *Livro de linhagens do Conde Dom Pedro*, embora inserido neste contexto sociocultural bastante próximo ao *Livro do Deão*, e já afastado algumas décadas do *Livro velho*, apresenta algumas singularidades notáveis que reforçam seus pontos de ambiguidade e se ajustam perfeitamente ao hibridismo textual que atravessa estes livros de linhagens. Algumas destas singularidades podem ser em parte associadas às próprias ambiguidades inerentes ao seu organizador, o conde Pedro Afonso de Barcelos, filho bastardo de D. Dinis, que é também presumido como o autor da posterior *Crônica geral de Espanha de 1344*. Pode-se hoje rastrear as etapas da produção do *Livro de linhagens*: entre 1325 e 1340 para a recolha de materiais e primeira redação; e entre 1340 e 1344 para uma segunda redação (aquela que originou a versão de que hoje dispomos). A menção da Batalha do Salado (1340) e uma óbvia anterioridade em relação à CGE de 1344 estabelecem com precisão estes últimos limites. O texto que nos chegou foi, contudo, ampliado por uma refundição entre 1360 e 1365 e por uma outra entre 1380 e 1383.

Discutiremos inicialmente a redação original do livro. Por um lado, o *Livro de linhagens* associa-se a uma motivação pessoal mediante à qual o Conde de Barcelos procurava projetar-se como nobre culto, francamente inspirado pelo modelo máximo de sabedoria de seu bisavô, o rei Afonso X de Castela (1221-1284), e de seu próprio pai, o rei D. Dinis de Portugal. Por outro lado, seu livro pretende ser um verdadeiro registro de identidade da classe nobiliárquica, tal como se coloca no próprio prólogo escrito

pelo Conde. Visa também abordar o problema das tensões que se verificavam no seio da nobreza, diante das quais o Conde assume uma posição declaradamente conciliatória.

As tensões internobiliárquicas expressas no *Livro de linhagens* decorreriam de uma hierarquização cada vez mais complexa e do próprio jogo de alianças e de oposições que se estabelecia em torno do poder régio. Atravessa o *Livro de linhagens* uma espécie de teoria da solidariedade de classe, construída em torno da noção de parentesco. O livro também procura consolidar uma hierarquização estabelecida, justificando-a ideologicamente, pelo que se coloca como um manifesto da nobreza em oposição a outros grupos sociais.

À parte estes traços centrais que orientam a sua organização e a feitura do seu prólogo, o *Livro de linhagens* também apresenta algumas novidades de conteúdo em relação aos nobiliários anteriores. Amplia a sucessão das casas reais que vinham sendo descritas no *Livro velho* e no *Livro do Deão*, e passa a descrever as casas reais bíblicas, as da Babilônia, da Pérsia, de Roma, dos reis arturianos, de Castela, de Navarra, da França, e por fim de Portugal. Em seguida, ocupa-se das famílias nobres da Espanha – galegas, castelhanas e biscainhas, e não só das portuguesas que foram objeto central dos dois livros de linhagens anteriores (LV e LD). Desta forma, a nobreza é colocada como uma nobreza da Espanha, incorporando um caráter transnacional que reforça a sua autonomia em relação ao poder régio. Com estas inovações, o Conde insere a genealogia portuguesa em um quadro universal e peninsular.

No que se refere à nobreza portuguesa, eleva-se para 776 o número de famílias fidalgas, o que implica em uma ampliação dos critérios de inclusão nobiliárquica. Ao mesmo tempo, as linhagens hispânicas (castelhana, leonesa, galega, portuguesa) são apresentadas como provenientes de um tronco familiar comum às dinastias régias peninsulares, o que termina por remeter toda a nobreza hispânica a um passado visigodo. É precisamente em associação a um projeto de representação da nobreza, diante dos vários problemas sociais e políticos que a afetavam naquele momento, que surge o *Livro de linhagens do Conde Dom Pedro*. No prólogo deste, como veremos a seguir, fica bem claro o seu papel como instrumento de formação e difusão de uma identidade de grupo perante outros grupos sociais, o que inclui uma prédica a que todos os nobres da Espanha reforcem entre si laços de solidariedade.

O livro de linhagens, apresentado pelo seu principal organizador

No trecho introdutório do seu *Livro de linhagens*, o Conde Dom Pedro pretende relacionar de maneira explícita as razões que o levaram a escrever um nobiliário. Em certo sentido, ele acaba por construir aqui a sua própria visão de conjunto acerca da produção linhagística, ao mesmo tempo em que insinua os critérios a partir dos quais selecionou as narrativas que foram incluídas no livro. Um exame deste prólogo será mais

do que oportuno neste momento em que buscamos definir com maior propriedade o lugar de produção dos nobiliários portugueses.

Depois de dois parágrafos iniciais onde o Conde ajusta o seu empreendimento aos preceitos cristãos e dá a perceber que “houve de catar por gram trabalho, por muitas terras, escripturas que falavam dos linhagees”, inicia-se a enumeração sumária dos objetivos do livro. Começaremos por aqui:

[...] compuge este livro por gaanhar o seu amor e por meter amor e amizade antre os nobres fidalgos da Espanha.

E como quer que antre eles deve haver amizade segundo seu ordinamento antigo em dando-se fe pera nom se fazerem mal uus aos outros, a meos de tor(v)arema este amor e amizade per desfiarem-se.

Esto diz Aristotiles: que se homes houvessem antre si amizade verdadeira, nom haveriam mester reis nem justiças, ca amizade os faria viver seguramente em no serviço de Deus. E a todolos homees ricos e pobres compre amizade [...]

(*Livro de linhagens*, prólogo)

Até este ponto, o Conde enuncia um objetivo mais amplo de seu nobiliário: pretende “meter amor e amizade antre os nobres fidalgos da Espanha”. Anuncia, portanto, o intento de assegurar a solidariedade entre os nobres ibéricos. Por outro lado, o organizador do nobiliário remete a um pretense dito de Aristóteles, segundo o qual “se homees houvessem antre si amizade verdadeira, nom haveriam mester reis nem justiças, ca amizade os faria viver seguramente em no serviço de Deus”.

Disfarçado em preceito cristão que se vincula ao mandamento de “amar ao próximo como a si mesmo” (ao qual o Conde refere-se explicitamente nas linhas iniciais do seu prólogo), este trecho prescreve por um lado a necessidade de coesão nobiliárquica, reenviando a mecanismos produtores daquilo que, com alguma licença, poderíamos chamar de uma identidade de classe; por outro lado, toca-se diretamente no problema das relações ambivalentes entre nobreza e realeza. O rei é na prática aceito como um mediador inevitável; mas deixa-se entrever o desejo utópico de que ele não seja um dia mais necessário. Portanto o nobiliário começa aqui a demarcar a posição de uma pretensa totalidade da nobreza (mas na verdade de uma fração da nobreza) perante a realeza. A estas tensões presentes nos meios nobiliárquicos com relação ao controle régio do espaço social, o prólogo do *Livro de linhagens* ainda voltará uma vez. Por ora, deixa-se perceber aqui porque a construção permanente de um imaginário régio é matéria obrigatória dos nobiliários.

Ainda com relação ao trecho em referência, salta à vista a pequena menção a Aristóteles. Fora a própria Bíblia, esta menção é um dos poucos acessos que temos às leituras externas do Conde Dom Pedro (vale dizer, à sua intertextualidade), excetuando-se naturalmente o próprio material cronístico e genealógico que lhe serviu de *corpus* documental. Mencionar Aristóteles – e com alguma probabilidade um trecho da *Ética a Nicômaco* (Aristóteles, Livro VI) – é já incorporar algumas dimensões teóricas e éticas

à produção do *Livro de linhagens*. O Livro revela com este pequeno índice intertextual mais um de seus objetivos: o de fornecer ao leitor-nobre ensinamentos para o convívio humano e, sobretudo, para o desenvolvimento de uma “sabedoria prática” (a expressão é utilizada pelo próprio Aristóteles na *Ética a Nicômaco*).

A entender por aí, o nobiliário sintoniza com a pretensão aristotélica de ensinar e difundir uma ética, ao mesmo tempo em que pretende habilitar o leitor-nobre a desenvolver uma “capacidade verdadeira e raciocinada de agir com respeito às coisas que são boas ou más para o homem”⁷. Pretende-se ensinar um modo de vida, um padrão de relacionamentos a nortear as relações internobiliárquicas, uma habilidade de aplicar o código cavalheiresco às várias situações que aparecem no decorrer da vida diária. A sabedoria prática visada pelos autores do nobiliário, contudo, abre-se com a sua própria inscrição no vivido para uma série de negociações, de apropriações e de manipulações encaminhadas pelos indivíduos.

Esta ética oculta no *Livro de linhagens* – ela mesma uma mescla de matizes aristotélicos e valores cristãos – transita sobretudo no próprio conteúdo daquelas narrativas do nobiliário que desempenham um papel de *exemplum*. Retornemos, por ora, ao texto introdutório escrito pelo Conde Dom Pedro. Em seguida ao trecho até aqui examinado, o Conde encaminha ainda no prólogo uma enumeração mais explícita dos objetivos de superfície do seu nobiliário:

E por nem ua amizade nom pode ser tam pura segundo natura come daqueles que descendem de uu sangue, porque estes movem-se mais de ligeiro as cousas per que a amizade se mantem, houve de declarar este livro per titulos e per alegações que cada uu fidalgo de ligeiro esto podesse saber, e esta amizade fosse descuberta e nom se perdesse antre aqueles que a deviam haver. E o que me a esto moveo foram sete cousas.

A primeira pera se comprir e guardar este precepto de que primeiro falamos.

A segunda é por saberem estes fidalgos de quaes descenderom de padre a filho e das linhas travessas.

A terceira, por seerem de uu coração, [segue-se um trecho mais ou menos longo enaltecendo a necessidade de uma solidariedade de parentesco] [...] se é de gram poder deve-o servir porque vem de seu sangue. E se é seu igual, deve-o ajudar. E se é mais pequeno que si deve de lhe fazer bem, e todos devem seer de uu coração.

A Quarta, por saberem os nomes daqueles donde veem e alguas bondades em que eles houve.

A Quinta, por os reis haverem de conhecer aos vivos com mercees por os merecimentos e trabalhos e grandes lazeiras que receberom os seus avoos em se guanhar esta terra da Espanha per eles.

A Sexta, pera saberem como podem casar sem pecado segundo os sacra // mentos da Santa Egreja.

A Septima, pera saberem de quaes moesteiros som naturaes e bem-feitores.

(*Livro de linhagens*, prólogo)

7 A definição de “sabedoria prática” foi fixada pelo próprio Aristóteles em *Ética a Nicômaco*. (Livro VI, 5,3) [ARISTÓTELES, 1973, p. 344].

A consciência da linhagem abre portanto o circuito de objetivos enumerados – mas um dos fatores que esta consciência linhagística traz consigo é um tipo de solidariedade parental dela decorrente. Como se pode ver, a solidariedade nobiliárquica desenha-se nesta fonte por círculos concêntricos: do círculo mais externo que é o próprio universo da nobreza como grupo coeso e criador de identidade, até os círculos parentais que se tecem por sucessivos graus em torno do indivíduo. Uma diagonal diacrônica que remete aos ascendentes (“de padre a filho e das linhas travessas”) convoca para o quadro desta solidariedade os antepassados e os descendentes que ainda virão, e um plano sincrônico atrela o indivíduo nobre a obrigações de parentesco e amizade para com os seus contemporâneos (razões 2 e 3).

Pode-se perceber, assim, que um dos objetivos da literatura linhagística é proporcionar uma autorrepresentação a cada indivíduo pertencente à nobreza. Mergulhados em uma nobreza ou fração de nobreza que constrói a sua identidade social opondo-a a um grande conjunto de pessoas estranhas ao grupo (a sociedade não aristocrática, mas também uma parcela da nobreza que os autores dos livros de linhagens pretendem excluir), os nobres que encontram referências familiares nos livros de linhagens constroem uma primeira dimensão de sua autorrepresentação: o pertencimento ou a aceitação dentro do grupo nobiliárquico-linhagístico. Os nobres que se acham excluídos, por outro lado, talvez rejeitem os critérios de inclusão propostos pelo livro, ou talvez passem a lutar por uma inclusão posterior (já que um livro de linhagens é uma obra em aberto)⁸.

Desta forma, os livros de linhagens revelam uma tensão entre a dimensão da identidade social nobiliárquica e a da hierarquização interna ao grupo. A autorrepresentação do indivíduo nobre oscila, por assim dizer, da consciência de pertença ao grupo até a consciência de sua singularidade familiar (e de suas implicações hierárquicas). Forçar a leitura da pertença de determinado indivíduo a uma família conceituada como a dos Maias, buscar em um dos seus caminhos familiares um herói ou um rei, encontrar o Cid entre seus antepassados após empreender intrincadas operações de leitura genealógica, esquecer o traidor que insiste em se colar ao seu ramo genealógico – estas pequenas operações acham-se incluídas no utensilhagem genealógica de que dispõe o indivíduo na sua luta pela autorrepresentação. Porque, se os autores dos nobiliários procuram impor uma hierarquia interna, os leitores-ouvintes são livres para deformar esta hierarquia imposta, para dobrá-la aos seus interesses, para negociar novas possibilidades de inclusão e classificação dentro do grupo.

A modalidade de autorrepresentação proporcionada pelos nobiliários aos seus incluídos pode ser assim resumida: cada indivíduo nobre distingue-se do outro (pela sua

8 O nobre excluído pode trabalhar para a sua posterior inscrição (dele ou de seus antepassados) no livro; ou pode contrair alianças matrimoniais com uma família já incluída, produzindo assim a sua inserção no universo linhagístico.

inserção genealógica, pelas ações suas e de seus antepassados); e distinguem-se todos em conjunto das pessoas estranhas à nobreza linhagística. Em círculos concêntricos que poderiam ser lidos a partir de si, o indivíduo distingue-se do outro indivíduo nobre, o ramo linhagístico distingue-se do outro ramo, a nobreza do livro distingue-se da nobreza excluída ou depreciada, a nobreza na sua totalidade social distingue-se dos grupos não aristocráticos. Protegido, oprimido ou isolado por estes círculos concêntricos passíveis de releituras, o indivíduo nobre constrói a sua autorrepresentação e a oferece à percepção de seus pares (o seu ser social, em parte, estará constituído no entrecruzamento da representação que o indivíduo dá a si próprio com a representação que os outros lhe reconhecem).

A quarta razão explicitada pelo Conde para a confecção de seu *Livro de linhagens* mostra a preocupação do nobiliário em construir uma memória referente à nobreza – portanto conformando mais um mecanismo vinculado à construção de uma identidade de classe. Mas ela reenvia também, ao mencionar a necessidade de registrar “algumas bondades que em eles houve”, à construção de um ideário cavalheiresco. Neste ponto, portanto, imiscui-se mais uma vez entre as intenções do nobiliário a função didática, que estará na base das narrativas que funcionam como *exempla*.

A função didática dos nobiliários e a prática de sugerir um modo de comportamento através dos *exempla* narrativos atuam em diversas frentes nesta complexa guerra de representações. Antes de mais nada, através do código cavalheiresco que o leitor-ouvinte é convidado a perceber através das narrativas, é fornecida uma determinada direção de comportamento. Em situações similares às explicitadas pelas narrativas dos nobiliários, deve-se agir preferencialmente de um modo, e não de outro. Desdobram-se aqui dimensões prescritivas e normativas – mas também uma dimensão punitiva ou depreciativa com relação àqueles que, em algum momento de sua vida, destoaram nas situações análogas aos padrões propostos.

A depreciação literária de uma mulher adúltera, de um frade devasso, de uma aldeia conivente, em contraponto ao enaltecimento do marido traído que se vingasse exemplarmente (LL21G11) – eis aqui um instrumento que constrange ou eleva homens e mulheres da realidade extraliterária que são personagens de situações análogas.

Exemplificaremos com um caso específico. A narrativa “A Ribeirinha” traz o *exemplum* de uma dama que não se sujeita ao seu raptor (LL 36BN9). Não é difícil imaginar o constrangimento que deve assaltar uma dama da realidade extraliterária que é convidada a ouvir tal relato, tendo ela mesma agido de maneira distinta do *exemplum* ao se “acostumar” ao seu raptor (e são muitos os casos, conforme os próprios índices fornecidos pelos livros de linhagens). Da mesma maneira, as pequenas e grandes traições recorrentes na vida diária recebem cada qual o seu quinhão de repressão diante da audição ou leitura de um *exemplum* onde se deprecia o traidor vassálico (LL 43F5), ou onde se

enaltece o herói que resiste à tentação ou à coerção de trair (LL 55Q6). Desta forma, o leitor ou o ouvinte que na sua própria vida não age de acordo com os padrões preconizados pelos modelos linhagísticos, ou cujo agir produz identificações com o infrator depreciado, a cada leitura e a cada audição irá sofrer um renovado constrangimento e uma nova punição. O livro de linhagens mostra aqui o seu poder de constrangimento, de sugerir uma culpa, de impor uma penalização simbólica, de instaurar a vergonha.

Deve se ter sempre em mente que “a vergonha, em sua estrutura primeira, é vergonha diante de alguém”. Neste caso, “o outro é o mediador indispensável entre mim e mim mesmo: sinto vergonha de mim tal como apareço ao outro” (Sartre, 1997, p. 289 e 290). É por isto que o livro de linhagens torna-se aqui um instrumento eficaz para esta mediação intraindividual através do outro, onde se termina por organizar a experiência de cada um em função deste outro modelar que aparece na realidade literária (ou como herói, ou como transgressor), e de todos os modos trazendo-se este confronto para diante dos vários outros da realidade extraliterária (os leitores do livro e os expectadores do espetáculo trovadoresco). Perante os vários olhares que comparam cada um aos modelos linhagísticos de comportamento exemplar ou de transgressão, cada indivíduo constrói a sua autopunição, o seu constrangimento, a sua vergonha.

Prossigamos na sequência de objetivos dos nobiliários. A “quinta razão” mencionada pelo Conde será de crucial importância para uma compreensão não apenas do imaginário cavaleiresco, como também do imaginário régio que vai sendo construído pelo conjunto de nossas fontes. Cobra-se dos reis o reconhecimento dos feitos dos nobres e a sua conseqüente recompensa e consideração. As mensagens ambíguas de concorrência e aliança entre nobreza e realeza insinuam aqui mais uma entrada dialógica no universo discursivo dos livros de linhagens. Uma referência importante aos nobres que ganharam “esta terra de Espanha” estende adicionalmente os conceitos antes elaborados de solidariedade linhagística e nobiliárquica a toda a nobreza ibérica, o que faz do nobiliário do Conde Dom Pedro um documento transpeninsular.

As sexta e sétima razões são satisfações dadas ao cristianismo e à Igreja, referindo-se à aceitação dos padrões eclesiásticos de interdito ao incesto e reconhecendo, no último item, relações de solidariedade também entre a nobreza e o mundo clerical (relações bilaterais relativas à necessidade de “saberem de quaes moesteiros som naturaes e bem-feitores”). Depois disto, a próxima sequência do prólogo parece remeter novamente a uma função de âmbito memoriográfico:

E por esta materea seer mais crara, e os nobres fidalgos saberem gram parte dos linhagees dos reis e emperadores e dos feitos em breve, que foram e passaram nas outras terras, do começo do mundo u os seus avoos foram a demandar suas aventuras, porque eles ganharam nome, e os que deles decenderom por alguas nobrezas que aló fizeram, ... [... segue uma descrição do plano da obra, partindo de reis da Antiguidade até a nobreza da Espanha ...]

Os objetivos de superfície dos nobiliários, conforme pudemos perceber, encobrem com alguma naturalidade certas motivações internas ou objetivos de profundidade. Os objetivos didáticos e memorigráficos são de certa forma a aparência mais externa de um conjunto de sistemas normativos que se pretende construir, fixar e difundir, nem sempre com coerência absoluta.

Obviamente que, para além dos objetivos associados de uma maneira ou de outra à integração do indivíduo dentro da coletividade nobiliárquica, o discurso linhagístico também se destina à manipulação do outro. O espaço literário nobiliárquico é local de disputa e campo de provas para os emissores de um discurso que se insere no âmbito das relações inter-humanas. Indivíduos e famílias aí produzem as suas próprias imagens e também as representações do outro. De um lado, buscam angariar para si prestígio social e legitimar as suas autorrepresentações; de outro, buscam impor ao coletivo nobiliárquico as representações depreciativas de seus inimigos, preparar e forjar alianças, convencer os leitores-ouvintes linhagísticos da legitimidade de suas propostas sociais e pontos de vista. A manipulação do outro, na verdade, estende-se para além – para os grupos não aristocráticos, para o clero, para o exterior do reino, pois embora o discurso linhagístico objetive explicitamente o leitor nobre, ele repercutirá amplamente nos demais setores da sociedade (do que têm consciência os seus autores e difusores).

As narrativas interpoladas nos livros de linhagens

Entremeando o material genealógico propriamente dito, os mais diversos tipos de materiais narrativos costumam atravessar os livros de linhagens portugueses, inclusive o *Livro de linhagens do Conde Dom Pedro*. É aqui, portanto, que encontraremos um segundo traço de hibridismo textual nos livros de linhagens, agora já referido às questões de conteúdo narrativo. No texto linhagístico, uma narrativa de fundo mítico podia coexistir tranquilamente com uma narrativa de pretensões historiográficas, a anedota depreciativa alternava-se com a prosa moralística, o extrato épico autóctone era registrado nas mesmas páginas que a matéria arturiana romanceada e copiada de crônicas de além-pirineus. Qualquer tipologia deverá portanto ser assumida diretamente como uma construção do historiador.

Podemos proceder a uma análise das fontes das narrativas ou do tipo de material que as informa, o que naturalmente implica um tipo de classificação por determinados gêneros narrativos. Foi isto, por exemplo, o que José Mattoso procurou empreender em sua análise sobre “As fontes do nobiliário do Conde D. Pedro” (Mattoso, 1977, p. 57-100). Depois de examinar os vários extratos genealógicos, o historiador português promove uma análise do material narrativo e chega a uma tipologia que poderemos instrumentalizar sem maiores dificuldades.

Existem por exemplo as narrativas de fundo mítico, das quais os exemplos mais

célebres são os episódios sobre a “Dama do Pé de Cabra” (LL 9A4) e a “Origem dos Marinheiros” (LL 73A1), ambas variações do tradicional tema do “cavaleiro que casa com uma mulher sobrenatural dando origem a uma linhagem nobre”. Mattoso examina as inter-relações destas versões míticas com o mito medieval da “Melusina”, já estudado por Jacques Le Goff (1971, p. 587-594), o que é bastante interessante no sentido de dar a perceber a rede de intertextualidade que se pode estabelecer entre as narrativas ibéricas e as dos demais reinos europeus. Uma narrativa de fundo mítico também pode vir infiltrada de crítica moralista, como naquela sobre “o incesto do rei Ramiro” (LL 12A2), em que o relacionamento incestuoso produz o filho aberrante. De uma maneira geral, Mattoso identifica nas narrativas de fundo mítico uma aproximação com as antigas narrativas de inspiração céltica.

Outro grupo a ressaltar é o das narrativas que tiram seu material e seu estilo básico de romances e canções de gesta. O exemplo mais célebre de estilo romanesco é a “Lenda de Miragaia”, episódio que tem versões tanto no *Livro velho* (LV 2A1) como no *Livro de linhagens* (LL 21A1), e que foi estudado por Ramón Menéndez Pidal (1944). Uma outra narrativa onde abundam situações sentimentais e dramáticas é aquela que se refere ao “assassinato de D. Estevainha” (LL 36BN9), episódio que inclui cenas de paixão, traição e envenenamento. Entre as narrativas épicas que foram buscar suas fontes nas canções de gesta, destaca-se aquela que se refere a *El Cid* (LL 8C8), mas também aquelas que alguns trovadores – como João Soares, João da Gaia, João Soares Paiva – punham a correr para exaltar seus antepassados célebres.

Aparecem em grande número nos livros de linhagens as narrativas históricas. Aí já temos um estilo próximo ao das crônicas, e uma similar intencionalidade de registrar a memória de um evento significativo, sobretudo quando dele participaram as linhagens que se pretende exaltar. Destarte, o estilo histórico pode vir interferido pelo estilo romanesco ou épico⁹. Próximas às narrativas históricas, encontram-se as anedotas, por vezes depreciativas. Também no estilo anedótico, acham-se frequentemente as narrativas sobre vinganças familiares, importantes para os registros dos conflitos internobiliárquicos e para avaliar as resistências à centralização da violência legítima pelo rei. No sentido oposto, avaliando a aceitação (mesmo que crítica) do monopólio régio do controle da violência física, encontramos as narrativas que destacam a atuação do rei como mediador de conflitos. As narrativas anedóticas trazem outras vezes verdadeiras cenas da vida cotidiana da sociedade portuguesa, e denunciam noutros pontos as várias visões de mundo presentes naquela sociedade. Constituem uma fonte riquíssima para os nossos propósitos, sobretudo quando o pormenor aparentemente insignificante permite acessar um aspecto social mais amplo.

A intenção deste breve mostruário de possibilidades foi apenas assinalar a variedade

⁹ José Mattoso oferece como exemplo a LL XXI sobre as proezas de “Rodrigo Forjaz de Trastâmara II” (Mattoso, 1987, p. 93).

de modelos narrativos, de temáticas e de procedências que se acham representados nas narrativas linhagísticas. Esta variedade, contudo, acha-se nos livros de linhagens distribuídas de forma indiscriminada. Da mesma forma, as extensões das interpolações e inserções narrativas são diversas. Existem desde as narrativas de grande extensão – como a narrativa sobre “A Batalha de Salado” ou a narrativa sobre “A Lenda de Gaia” – até as pequenas narrativas, ou mesmo comentários bastante breves que prestam algum esclarecimento como o fato de que um nobre em questão tornou-se protetor de um certo mosteiro ou venceu esta e aquela batalha, sem contar os pequenos comentários que às vezes explicam os apelidos de personagens referidos na listagem genealógica. Os níveis de complexidade narrativa também são diversos, derivando das narrativas mais lineares às mais complexas narrativas, como aquelas que relatam intrincados casos de sucessões de vinganças familiares opondo redes linhagísticas rivais ou de casos de adultérios que adquirem um conteúdo verdadeiramente novelesco.

Os livros de linhagens, enfim, com toda a sua diversidade narrativa e a sua complexidade genealógica combinadas em uma única fonte literária e histórica, abrem-se como vasto campo de análise para historiadores e especialistas da análise literária. Nesta parte final, discutiremos como as narrativas dos livros de linhagens e a construção de suas sequências genealógicas contribuíram a seu tempo para a difusão de um imaginário cavalheiresco bastante específico, e como a construção deste imaginário cavalheiresco se inseriu no já descrito contexto do processo de centralização régia que, à época de sua compilação, caracterizava tanto o reino de Portugal como o reino de Castela.

Narrativas linhagísticas, imaginário cavalheiresco e centralização régia

Realeza e nobreza, no período medieval, constituíram duas forças sociais que frequentemente alternaram, em sua mútua e necessária interação, o conflito e a solidariedade. O rei, costumavam lembrar os poderosos senhores feudais, era em última instância também um nobre – o primeiro entre os nobres. As fontes narrativas de origens nobiliárquicas – e este era também o caso das genealogias e dos livros de linhagens que estamos analisando no presente artigo – costumavam construir com algum detalhamento a ideia de um rei que deveria assumir determinadas funções na sociedade, como a de mediador social e a de pacificador de conflitos. Esperava-se do rei a liderança relativa a todos os segmentos sociais, mas também a capacidade de preservar mais especificamente os valores cavalheirescos e, em última instância, um acurado esmero em encaminhar a promoção da solidariedade nobiliárquica.

Quando falamos em solidariedade nobiliárquica para o período medieval, devemos ter sempre em mente que este conceito ultrapassa o âmbito da associação intervassálica, embora este último circuito esteja frequentemente imbricado no primeiro. Assim, como

já vimos na primeira parte deste texto, é em nome da solidariedade, ou da “amizade entre todos os nobres”, que o Conde Dom Pedro – o organizador de um dos principais livros de linhagens da Idade Média portuguesa – constrói uma das justificativas para a redação do seu *Livro de linhagens* (*Livro de linhagens do Conde Dom Pedro*, 1980, prólogo, p. 3). Associações intervassálicas, mas não apenas estas, como também as solidariedades de parentesco, as afinidades interlinhagísticas, a ajuda de um nobre a outro em dificuldades, ou a solidariedade mútua dos nobres pelo simples fato de pertencerem à mesma nobreza – todas estas ideias são cuidadosamente cultivadas nos nobiliários.

Tais ideias reconstróem também uma certa imagem de rei. De saída, os nobiliários não se cansam de lembrar aos reis e aos demais leitores-ouvintes o quanto os reis peninsulares devem aos nobres a reconquista ibérica, ou o quanto lhes deve Afonso Henriques a consolidação do reino de Portugal, ou o quanto lhes devem os demais governantes ibéricos os seus sucessos particulares e específicos. O próprio prólogo do *Livro de linhagens*, já o fizemos notar, explicita a determinada altura a função de lembrar aos reis a dívida que eles teriam para com os nobres, sobretudo no que se refere à conquista da Espanha aos mouros (LL, prólogo, p. 10)¹⁰. Implicitamente, o mesmo prólogo expressa a ideia de que os reis também são nobres inscritos no mesmo livro e no mesmo circuito de solidariedades.

É assim que, pouco depois do lembrete acerca da dívida régia para com a nobreza, o Conde não perde a oportunidade de assinalar a unidade matricial entre nobreza e realeza – mostrando que casas reais e casas nobres remetem-se mutuamente, já que descendem umas das outras (ideia que é concretamente defendida em diversas oportunidades do livro com a própria enumeração nobiliárquica). Esta unidade matricial, coerentemente, remete a uma solidariedade natural entre o rei e os nobres (LL, prólogo, p. 13).

Nobreza e realeza, nesta perspectiva, constituem um único corpo. Os objetivos de enfatizar esta leitura particular, em oposição àquela que separa o rei da nobreza como uma cabeça que se destaca do corpo, são evidentes no próprio frontispício do título do livro de linhagens que descreve os reis de Portugal. Assim, a seção descritiva dos reis portugueses (tit. VII) é organizada de maneira bem distinta em relação aos títulos anteriores que falam de linhagens régias de outros países e tempos. Nestes, as indicações de título sempre enfatizam e destacam a referência da realeza como organizadora do texto que lhes segue. São típicas deste caso as indicações que encabeçam os títulos III a VI: “Dos reis Gentis que foram senhores da Persia e de Roma”, “Dos reis que foram de Castela”, “Dos reis de

10 Com esta matriz textual exposta no prólogo, diversas narrativas no decorrer do livro estabelecem uma intertextualidade implícita. Veja-se, por exemplo, um fragmento particularmente significativo da narrativa sobre “Rodrigo Froiaz de Trastâmara” (LL 21G7-77) – onde, logo depois de auxiliar um monarca a recuperar os seus direitos, o nobre inicia um diálogo com o rei: “Disse entom dom Rodrigo Froiaz: ‘Senhor, sodes entregue de vosso irmão, que vos queria deserdar do reino?’ Disse el rei: ‘Si, som.’ Dom Rodrigo Froiaz lhe disse: ‘Gradecede-o a Deus e a estes boos fidalgos de Portugal, que sempre foram boos aos senhores e amaram a verdade.’ Beijou-lhe entom a mão e encomendou a alma a Deus, e morreo ante que el rei d’i partisse”.

Navarra, como vem seu linhagem”, “Da linhagem dos reis de França que foram antes de Charles Mayne”. Já na seção relativa aos reis de Portugal, o enfoque de leitura é outro, organizando-se a linhagem de reis portugueses a partir de uma figura de nobre que não é sequer a do pai de Afonso Henriques, mas uma figura nobiliárquica bastante anterior: “Do Conde Dom Monido, donde decendem os reis de Portugal de ua parte, procedendo ao diante, e dos outros que dele descenderom”. Deste conde, oriundo da “linhagem dos Godos”, e de outros cinco cavaleiros que com ele aportam na Galícia, descendem não apenas os reis de Portugal como também cinco grandes ramos nobiliárquicos portugueses¹¹.

Da mesma forma que são enfatizados os vínculos naturais e orgânicos entre nobreza e realeza, no plano sociofuncional o ofício cavalheiresco e o ofício régio, conforme já tivemos oportunidade de verificar, imbricam-se nas várias narrativas por intermédio de um ideário comum ao qual nem mesmo os imperadores podem escapar. Mas é talvez no aspecto da intervassalidade que se procura estabelecer uma ligação ainda mais forte entre o rei e os nobres dos livros de linhagens. Neste sentido, a importância de aprisionar plenamente a ideia de rei no circuito intervassálico é tal para os cronistas do nobiliário, que o sistema medieval de suserania e vassalagem é livremente exportado para os períodos antigos, por exemplo no título inicial do nobiliário em que se fala dos reis de Jerusalém. Ali, é possível identificar passagens como esta: “E sahio Josias aa carreira e morreo no campo de Majedom. E aduserom-no seus vassalos e soterrarom-no em Jerusalem” (LL 1F23).

Enfatizar o vínculo vassálico entre o rei e os nobres coloca, porém, novos problemas para a nobreza. Vejamos, a título de exemplo, como esta questão aparece nas narrativas enquadráveis no circuito da transgressão cavalheiresca. O episódio da deposição de Sancho II, quando diversos castelões romperam injustificadamente suas obrigações vassálicas para com o antigo rei, ofereceu aos nobiliários oportunidades exemplares para focar a traição vassálica, mas também para repensar as relações entre nobreza e realeza no âmbito do circuito de suserania e vassalidade. Uma destas narrativas é a que se refere a Raimundo Portocarreiro:

E este Reimom Veegas de Porto Carreiro, suso dito, sendo vassalo d’el rei dom Sancho Capelo e seu natural de Portugal, veo ua noite a Coimbra com companhas de Martim Gil de Soverosa, o que venceo a lide do Porto, u el rei jazia dormindo en sa cama e filharom-lhe a rainha dona Micia, sa molher

¹¹É frequente a incidência, no material narrativo do nobiliário, de menções a realezas que descendem de casas nobres e de casas nobres que descendem de realezas. Na narrativa sobre “Rodrigo Froiaz de Trastâmara”, citada na nota anterior, registram-se passagens como esta: “E o conde dom Pero Froiaz, seu irmão deste dom Rodrigo Froiaz, donde veem os reis de Portugal, disse...” (LL 21G7-74). Naturalmente que o imbricamento entre realeza e nobreza é óbvio na realidade extraliterária, mas o que chama atenção no nobiliário é precisamente a necessidade do cronista de enfatizar a cada instante estas mútuas interdependências e inter-relações, e particularmente nos momentos em que lhe interessa enaltecer a figura de um nobre português ou ibérico específico como representante idealizado de toda uma fração de classe. Do Cid, por exemplo, se diz que sua filha casou com o rei Ramiro deixando uma grande descendência, “em tal maneira que quantos reis ha hoje em Espanha e em França e Ingraterra, todos vem del, e em outros reinos mais longe” (LL 8C8-26). O nobre Rui Dias Bivar transformou-se, consoante esta leitura, em uma espécie de matriz nobiliárquica e régia de toda a cristandade.

d'a par dele e levarom-na pera Ouren, sem seu mandado e sem sa vontade. E quando el rei soube, lançou em pos eles, e nom os pode alcançar, salvo em Ourem, que era entom muito forte, e tinha-o a rainha dona Micia, suso dita, em arras. E chegou el rei e disse-lhe que lhe abrissem as portas, ca era el rei dom Sancho, u ele levava seu prepondo vestido de seus sinaes e seu escudo e seu pendom ante si. E derom-lhe mui grandes seetadas e mui grandes pedradas no seu escudo e no seu pendom, e assi houve ende a tornar.

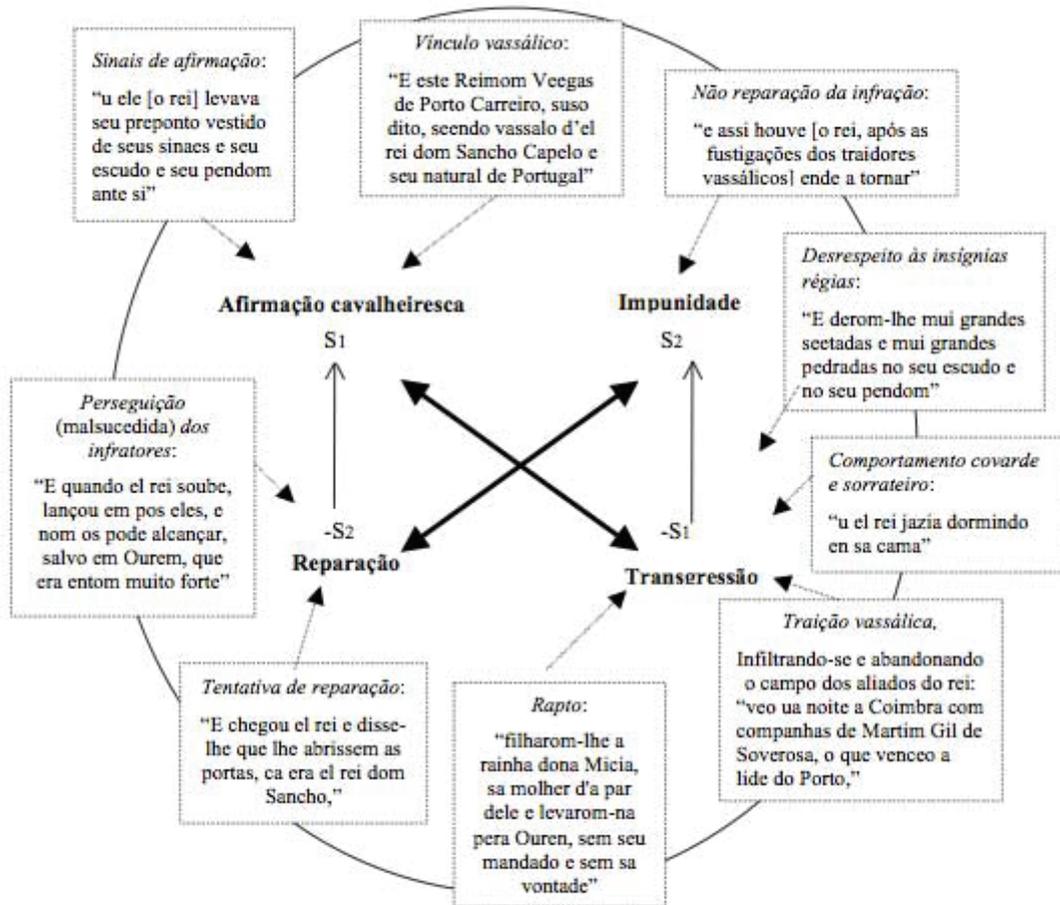
(LL 43F5)

A narrativa insere-se no habitual quadro de percursos não cavaleirescos. Raimundo Portocarreiro era vassalo direto do rei D. Sancho II de Portugal. Com a crise de 1248, resolve passar-se de maneira oportunista para o lado do bloco apoiante de Afonso III – que rigorosamente pode ser considerado um usurpador do trono, embora para o encaminhamento de seu projeto tenham sido estabelecidas várias articulações políticas que incluem até mesmo o apoio papal. A tomada do trono português será mais tarde legitimada por mil artificios. Os próprios livros de linhagens oferecem algum contributo para a justificativa da usurpação ao delinear a segunda metade do reinado de Sancho II como um desgoverno que já não conseguia manter a ordem social.

Apesar disto, nenhuma narrativa linhagística e nenhuma cantiga trovadoresca abonam as várias traições vassálicas que ocorreram neste período, pois há regras e normas bem definidas para a suspensão dos vínculos vassálicos que devem ser buscadas dentro da ética cavaleiresca. Existe por exemplo uma famosa narrativa do livro de linhagens (“O Alcaide de Celorico”, LL 65Q-6) que se tornou um verdadeiro modelo de comportamento dentro do âmbito cavaleiresco, esforçando-se obstinadamente o protagonista nobre por resolver dentro dos ditames aceitos as pendências intervassálicas. De alguma maneira, todas as narrativas linhagísticas sobre traições vassálicas dialogam intertextualmente com esta ou outras narrativas de comportamento modelar. Dentro deste quadro maior, a traição de Portocarreiro é mais um dos vários relatos sobre transgressores vassálicos, enquadrando-se no caso típico de narrativas que são interrompidas no âmbito da transgressão cavaleiresca sem percurso de volta. Nestes casos, a depreciação explícita do transgressor no âmbito literário é o que resta para contrabalançar a impunidade da contravenção. O nobiliário cumpre, assim, a função de resgatar com a depreciação literária o que ficou impune na realidade extraliterária.

Esta necessidade literária de depreciação implica ocasionalmente algumas estratégias retóricas. Para já nos referirmos ao relato que ora abordamos, deve ficar claro que a narrativa não envolve apenas a traição vassálica pela entrega de posições militares aos inimigos do suserano. Ela adicionalmente descreve mais um caso de rapto, desta vez perpetrado contra a própria esposa do rei. O que é mais interessante nesta narrativa é precisamente o registro da prática literária de depreciação múltipla, tão recorrente para o caso de desmerecimento linhagístico de traidores vassálicos. Para reforçar o caráter

negativo do vilão cavalheiresco, o cronista chama atenção para uma série de outras infrações que estabelecem definitivamente o perfil do recalcitrante como um mau nobre. Assim a traição vassálica vem acompanhada do rapto, do comportamento sorrateiro e do desrespeito às insígnias régias. Organizaremos os enunciados em um quadrado semiótico que buscará relacionar os aspectos da transgressão e da impunidade.



Quadro 1: Quadrado semiótico sobre a traição de Portocarreiro.

Conforme poderemos ver no Quadro 1, as tentativas de reparação permanecem no plano das intenções, e a impunidade dos traidores vassálicos e infratores cavalheirescos encerra a narrativa. Será necessário esclarecer, contudo, alguns pontos essenciais bem conhecidos dos leitores-ouvintes dos nobiliários, sem os quais não poderemos compreender satisfatoriamente o texto. Começemos delineando os personagens do relato.

Raimundo Portocarreiro estava antes da crise de 1245 inserido no âmbito intervassálico de Sancho II. A narrativa, aliás, imobiliza o momento exato da sua passagem para o campo oposto. Basta lembrar que Martim Gil de Soverosa era o grande chefe militar do rei que seria deposto, tendo vencido em duas oportunidades coligações de nobres revoltosos contra o rei português (Mattoso, 1975, p. 283). Uma destas vitórias é mencionada na narrativa, enaltecendo de passagem a figura cavalheiresca deste grande valido de Sancho II que

“vencera as lides do Porto”. Ora, é acompanhando o séquito do valido real que Raimundo Portocarreiro chega a Coimbra – cidade que naquela ocasião consistia no grande foco de resistência contra a usurpação de Afonso III. Portanto, se é que Portocarreiro não se infiltra ou permanece com segundas intenções no campo do rei deposto, a certa altura resolve passar sorrateiramente para o campo do inimigo. Finge-se de aliado para durante a noite realizar sua traição contra o rei e contra o circuito vassálico ao qual até então propunha estar integrado. A mentira e a falsidade, desta forma, assomam-se ao conjunto de infrações cavaleirescas já mencionadas para esta narrativa.

Outro dado importante é que Raimundo Portocarreiro era irmão do arcebispo de Braga, um dos grandes eclesiásticos portugueses que haviam formado uma comissão para solicitar ao papa Inocêncio IV a recomendação para a deposição de Sancho II – o que de fato ocorre com a bula *Grandi nom immerito* que nomeia Afonso III curador do reino e propõe a deposição do antigo governante como *rex inutilis*. Desta forma, a traição começa a se delinear como um crime cavaleiresco algo premeditado, e não como uma decisão tomada repentinamente.

A figura de dona Mécia de Haro, ligada a uma das linhagens mais importantes de Castela e esposa do rei português, também tem sido objeto de controvérsias. Alguns historiadores, entre os quais Alexandre Herculano, têm sustentado a hipótese de que o rapto dera-se com a conivência da própria rainha. Sustenta-se que muito dificilmente o raptor poderia realizar seu plano em pleno Paço de Coimbra sem despertar nenhuma atenção (conforme a narrativa assinala, só depois o rei percebe o ocorrido, não conseguindo por isto alcançá-los na sua fuga para Ourém). A julgar por esta hipótese, a rainha também seria uma transgressora. Um dado adicional, registrado pelo historiador José Mattoso (1975, p. 283), é que já há mais de um ano o Papa havia declarado nulo o casamento entre Dom Sancho II e Dona Mécia por questões de parentesco próximo (o que dilui um pouco o aspecto danoso produzido pelo rapto, com a ideia de que a rainha não era legitimamente casada com o rei).

Nada disto, contudo, é mencionado na narrativa sobre a traição de Portocarreiro. A menção destas informações contribuiria naturalmente para atenuar o perfil anticavaleiresco da ação de Portocarreiro, o que já vimos corresponder precisamente ao oposto do conjunto de intenções e estratégias narrativas que são encaminhadas para depreciar ainda mais acentuadamente a figura do traidor vassálico Raimundo Portocarreiro. Assim sendo, a narrativa esforça-se por isentar a rainha dona Mécia de qualquer conivência com o raptor (“e levarom-na pera Ourém sem seu mandado e sem sa vontade”). Para os nossos propósitos, importa muito pouco verificar a veracidade de uma hipótese ou outra. Nosso objetivo é abordar esta narrativa que vimos ser perfeitamente enquadrável na rede temática da transgressão cavaleiresca, independente do que tenha ocorrido de fato na realidade extraliterária. Passaremos a considerar, portanto, os aspectos que nos interessam mais diretamente.

As transgressões coadjuvantes que se juntam à traição vassálica perpetrada contra o rei suserano são talvez o detalhe mais revelador na narrativa sobre a traição de Portocarreiro. Rapto, comportamento sorrateiro, desrespeito às insígnias sacralizadas do rei, mentira, falsidade, covardia – nada falta a este verdadeiro contramodelo cavaleiresco que é construído cuidadosamente a partir da figura literária de Raimundo Portocarreiro.

O rapto, para o período medieval e para a sociedade nobiliárquica em especial, é uma transgressão já por demais óbvia nos seus efeitos depreciativos, particularmente sobressalentes nesta economia medieval onde a mulher representa o objeto maior da autoridade masculina mais íntima – isto sem contar que, em muitos casos, a mulher é também uma moeda linhagística fundamental para selar acordos entre famílias e linhagens. Assim, roubar uma mulher solteira ou viúva é desde já subtrair um bem patrimonial a detentores passados e futuros, e é simultaneamente interferir nos planos de acordos familiares já eventualmente selados pelas autoridades masculinas das duas famílias envolvidas. Mas roubar uma mulher casada é já uma afronta direta, implicando depreciar frontalmente o marido e deixar em suspenso a sua honra enquanto o crime não for reparado. Roubar a mulher casada com o suserano a quem se deve obrigações feudais, por fim, é literalmente vil na ética cavaleiresca¹².

O comportamento sorrateiro, da mesma forma, tende a ser radicalmente depreciado no imaginário cavaleiresco, e de maneira particularmente expressiva nos relatos linhagísticos. Constitui-se em uma exceção notável a esta regra, onde o rei age sorrateiramente sem trazer com isto uma carga depreciativa (“Rei Ramiro em Gaia”). Mas aqui já estaremos no terceiro campo do imaginário régio, onde o rei precisamente transcende o imaginário cavaleiresco corrente, indo buscar modelos de comportamento em uma antiguidade heroica que funciona com outros parâmetros que não os do habitual heroísmo medieval. Mas a verdade é que não faltam nos nobiliários e cancioneiros do período exemplos bastante claros de depreciação do comportamento sorrateiro, inclusive movidos contra figuras régias, como na CBN 1330 (a primeira cantiga galego-portuguesa conhecida) onde o rei de Navarra é depreciado precisamente por suas incursões de rapina na calada da noite¹³. Mesmo um relato já clássico de ardil empregado para vencer uma guerra, como o famoso caso do Cavalo de Troia (que encontra sua versão na LL 2A7), mostra-se depreciado no nobiliário do Conde Dom Pedro – onde se menciona que a cidade é conquistada mais “per gram arte e per grande engano de traïom que i houve feita” do que por heroísmo dos gregos (Krus, 1994, p. 145-146). Assim,

12 Não é à toa que o mesmo *Livro de linhagens do Conde Dom Pedro* apropria-se em outra oportunidade de uma narrativa arturiana, particularmente eloquente no tocante à mesma questão: “Este Mordech, que havia a terra em guarda de rei Artur e sa molher, quando el rei foi fora da terra, alçou-se com ela e quis-lhe jazer com a molher” (LL 2E3). O peso de tal traição é reconhecido até mesmo pelo vilão infrator: “e acordou-se Mordech que havia feito gram traïom, e se entrasse na batalha que seria vencido”.

13 A cantiga a que nos referimos é atribuída a João Soares de Paiva e também se encontra registrada no *Cancioneiro da Vaticana* sob o número 437.

pode-se dizer que, de uma maneira geral, a atuação ardilosa e sorrateira é habitualmente depreciada nos livros de linhagens. De maneira contrária, o nobre que age às claras, e que exclui de suas práticas quaisquer recursos sorrateiros ou traiçoeiros, encontra-se sempre no âmbito cavalheiresco preconizado pelos nobiliários. Este quadro mais amplo enquadra o comportamento sorrateiro de Portocarreiro, sobretudo porque posto em combinação com outras habituais transgressões do circuito cavalheiresco, como um claro fator de depreciação.

Já fizemos notar que as narrativas linhagísticas são altamente polivalentes – não apenas porque dialogam com outros textos e narrativas, como neste caso em que existe um diálogo intertextual que contrapõe modelos e contramodelos de vassalidade, mas também porque elas costumam conceder involuntariamente uma voz a outras visões de mundo que são ordinariamente rejeitadas pelos responsáveis mais diretos da compilação dos nobiliários. Assim, se antes de mais nada existe um código cavalheiresco a ser enaltecido, a personagem de Raimundo Portocarreiro nos traz o ponto de vista do nobre oportunista, que pouca atenção dá ao conjunto de valores feudo-vassálicos. Além disto, este mesmo personagem canaliza o ponto de vista de uma fração da nobreza que concede muito pouco peso aos aspectos sagrados da realeza, desprezando o peso simbólico das insígnias régias. Mas é talvez ao próprio projeto monárquico centralizador que se concede uma voz, uma vez que o ponto de vista régio é também bastante eloquente nos entreditos da narrativa.

Das quatro infrações explicitamente reunidas para compor a figura do nobre traidor, já combinadas às referências implícitas da mentira e da falsidade, chama atenção a especial disforização do desrespeito às insígnias régias. Levando “seu prepondo vestido de seus sinaes e seu escudo e seu pendom ante si”, nem por isto o rei deixa de receber “grandes seetadas e mui grandes pedradas no seu escudo e no seu pendom”. A narrativa enuncia-nos, sem querer, um pequeno âmbito de privilégios que separa a figura do rei do comum dos nobres. É somente o rei que tem estes símbolos especiais que devem ser protegidos da desonra em virtude de seus aspectos sagrados. O rei aparece nas reentrâncias destes detalhes narrativos como uma figura especial que se separa da nobreza comum – novamente uma cabeça que se situa altivamente acima do corpo social – ou então como um personagem que vem carregado de sacralidade e que transcende o próprio corpo social através do papel de representante de Deus junto aos seus governados. O papel da transcendência da figura régia, fazendo-se dela uma figura singular que até mesmo pode superar o âmbito dos valores cavalheirescos, não está naturalmente ausente do conjunto de narrativas dos livros de linhagens, mas na verdade é bastante excepcional.

Mas a narrativa de que presentemente nos ocupamos chama atenção também para a questão da apropriação régia da instituição vassálica. O relato atende aos interesses dos reis ibéricos que se esforçaram desde esta época em consolidar em torno de si uma rede de vassalidade direta, e é por isto que pôde encontrar tão grande acolhida mesmo na corte dos reis que um dia se haviam beneficiado da traição vassálica sobre os seus antecessores.

Faremos nossas as primorosas observações encaminhadas por José Mattoso a respeito da apropriação das narrativas sobre traições vassálicas:

O objetivo a atingir fazia esquecer que as feias traições tinham sido feitas por pais ou avôs de quem ainda vivia nesta altura. E ao rei interessava também que não lhe fizessem o mesmo que tinham feito ao antecessor. (Mattoso, 1975, p. 283).

Encerraremos este artigo com a análise de uma narrativa que traz indiretamente à tona a questão da apropriação régia dos valores e práticas intervassálicas, com a contraparte dos novos problemas que deve a nobreza enfrentar diante desta manipulação dos seus próprios valores. Dito de outra forma, favorecer a livre integração do imaginário régio ao corpo nobiliárquico também pode trazer um ônus para a nobreza. A narrativa que se segue, referente ao famoso Alcaide de Celorico, tornou-se referência obrigatória da época para os modelos ideais de comportamento cavalheiresco e de observância vassálica. Ela também enfoca dois modelos de atitudes régias: a do rei manipulador, que obstaculiza de uma maneira ou de outra o bom andamento dos trâmites vassálicos, e o dos reis bem intencionados que se esmeram eles mesmos em se tornarem os maiores entre os grandes conhecedores do código vassálico – o que se associa, de certo modo, ao já referido aspecto da construção da imagem do rei como um paradigma máximo para a nobreza.

O personagem principal de nossa narrativa é um dedicado nobre que busca atingir os limites do perfeccionismo em termos de observância dos preceitos vassálicos e cavalheirescos. É já o próprio parágrafo introdutório da narrativa que se ocupa de explicitar o papel didático do texto, apresentando o relato em sua função de *exemplum*:

E este Martim Vaasques de Cuihua [...] teve o castelo de Celorico de Basto, que era d'arras, e teve-o em tempo d'el rei dom Dinis. E porque fez por el façanha mui boa, come mui boo cavaleiro, posemos em este livro como passou, pera saberem os bõos que tiverom castelos e lhos nom queresem filhar aqueles de que os tem, seendo em paz e em assesego e sem cerco, como os podem leixar sem erro [...].

Depois deste esclarecimento inicial, o cronista inicia o relato propriamente dito. O problema é imediatamente colocado, tanto no parágrafo introdutório como no início da narrativa. Temos um alcaide que, responsável através da homenagem feudo-vassálica pela guarda de um castelo, resolve desobrigar-se pacificamente de suas obrigações vassálicas. Mas o rei suserano recusa-se a aceitar o castelo de volta, não concordando em liberar o nobre de suas responsabilidades antes assumidas. Isto coloca um problema novo, que se expressa na angústia deste nobre que tem em alta conta a correta observância da ética cavalheiresca. Inicialmente o fidalgo procura a rainha-mãe, a quem o patrimônio pertencia primordialmente, mas esta resolve encaminhá-lo ao rei Dom Dinis:

Veio-lhe a querer dar seu castelo, e ela disse que o desse a el rei Dom Dinis, seu filho, e ela que lhe quitava a menagem que lhe por ele tinha feita. E el veio a el rei, a dizer que filhasse seu castelo e frontar-lhe muitas vezes, e ele nom lho queria filhar, por querela que havia dele, porque doestara uu bispo de Lixboa que era seu privado, que havia nome Dom Domingos Jardo [...].

Ocorre que o rei tem desavenças para com o nobre, e resolve manipular a situação para deixar o antigo vassalo em uma situação constrangedora. Bom conhecedor da ética vassálica, o rei Dom Dinis parece pretender empregar este conhecimento para uma pequena vingança pessoal: imagina que se não liberar o bom vassalo de suas obrigações, este só poderá abandonar o castelo em condições não cavalheirescas, o que para um nobre do quilate do Alcaide de Celorico seria pior do que a morte. O equilíbrio cavalheiresco foi perturbado: contra a sua própria vontade, o honrado nobre encontra-se subitamente ameaçado de ser lançado no âmbito da transgressão cavalheiresca. A crise se instaura, e só resta ao fidalgo partir em busca de uma força interventora que lhe indique uma forma adequada de suspender dentro da legitimidade o seu vínculo vassálico:

E o cavaleiro, veendo que lho nom queria filhar el rei per nem ua guisa o castelo, houve d'ir a Alemanha e a Lombardia e a Ingraterra e a França e a Cezilia e a Navarra e a Aragon e a Castela e a Leom, e preguntou todolos reis e todolos principes e a todolos altos homees de todalas terras, como poderia leixar aquele castelo a seu salvo, pois que lho el rei nom queria tomar [...].

A saída encontrada pelo nobre é uma viagem completa pelo ocidente cristão, com o fito de pesquisar junto aos maiores conhecedores da ética cavalheiresca uma solução para o problema que lhe fora colocado. Trata-se de uma passagem particularmente interessante, pois apresenta o ideário cavalheiresco como um grande patrimônio associado a toda a nobreza e realeza europeias. Os reis de todas as partes são colocados no ápice da pirâmide dos bons conhecedores dos preceitos vassálicos e cavalheirescos. A imagem destes bons reis, dispostos a *solucionar* o problema cavalheiresco, é construída nesta narrativa por contraste com a imagem de um Dom Dinis que, pelo menos neste relato, apresenta-se como o mau rei que acabara de *criar* um problema cavalheiresco. A predisposição para a busca de soluções e a predisposição para a criação de problemas – eis a dicotomia que polariza os dois modelos régios construídos para esta narrativa.

Depois dos reis, é também aos homens bons de todas as terras que o Alcaide de Celorico vai consultar, o que também coloca a narrativa que ora abordamos dentro da rede temática da solidariedade nobiliárquica. A solução que todos lhe oferecem – assumindo os ares de uma solução oriunda da sabedoria coletiva – resulta em uma das mais notáveis passagens do *Livro de linhagens*, iniciando-se com um verdadeiro registro que deixa entrever um pouco da vida cotidiana de um castelo medieval, tal sua riqueza de detalhes:

E todos lhe disserom que entrasse no castelo e que metesse uu galo e a galinha e o gato e cam e sal e vinagre e azeite e pam e farinha e vinho e agua e carne e pescado e ferradura e cravos e beesta e seetas e ferro e baraço e lenha e moos e alhos e cebolas e escudo e lança e cuitelo ou espada e capelo ou capelina e carvom e foles de ferreiro e fozil e isca e pederneira e pedras per cima do muro e que fezesse fogo em ua das casas en guisa que se veesse a salvo [...]

Esta pequena lista nos parece querer ensinar algo sobre a vida material de um castelo medieval. De fato, é a própria vida do castelo que será posta para fora, até que não reste senão o nobre vassalo responsável pela sua guarda:

E depois que todo esto fezesse, que possesse todos fora do castelo, e que ficasse el dentro, e que çarrasse as portas e as tapasse de dentro do castelo, e depois que sobisse no muro e que atasse uu baraço em ua das ameas, e que se saisse pelo baraço em uu cesto, e depois que atasse no cabo do baraço ua pedra ou uu çepo, en guisa que tornasse o baraço dentro, per cima do muro. E depois, que se acolhesse a uu cavalo e que fosse dizendo por suas freeguesias: ‘Acorede ao castelo d’el rei, que se perde’. Acorede ao castelo d’el rei, que se perde’. E quando fosse por estas tres freguesias; asi dizendo, que nunca parasse mentes tras si.

O complicado estratagema não tem tanto valor em si mesmo, senão pelo conjunto de atitudes evocadas ao longo da narrativa – desde a busca de solidariedades nobiliárquicas para resolver o intrincado problema cavalheiresco que fora gerado pela má-fé do suserano, até a incansável dedicação do próprio vassalo para limpar seu nome de qualquer suspeita de transgressão cavalheiresca. Como conselho concreto para solucionar situações semelhantes, é duvidoso que o complicado artifício recomendado ao Alcaide de Celorico pudesse ter qualquer valia. Já como *exempla* destinados a ensinar um estado de espírito aos futuros cavaleiros e alcaides, a narrativa e o modelo do Alcaide de Celorico cumpriram seu papel de focos simbólicos para a reflexão cavalheiresca.

Os dois últimos parágrafos reafirmam a solidariedade dos reis e cavaleiros para com o nobre bem intencionado, sugerindo a existência imaginária de uma grande comunidade cavalheiresca regrada pelo espírito de correção e pelo ideário cavalheiresco:

E este conselho lhe derom e lhe mandarom que assi o fezesse, e os reis e outros príncipes e altos senhores e homees e filhos d’algo a que ele preguntou. E diziam os rei todos a cada uu deles que se el rei de Portugal dissesse que o cavaleiro nom fazia direito em esto e o que devia, que cada uu deles lhe meteria as mãos. E esto meesmo deziã os altos senhores, princepes e duque s e condes e altos homees. E o conde Dom Gonçalo, que entom era, e outros homens bõos e ricos que em Portugal havia, se quisessem dizer que o cavaleiro non fezera direito, que eles lhe meteriam as mãos. E eso meesmo deziã os cavaleiros e filhos d’algo das outras terras aos filhos d’algo de Portugal, que lhes meteriam aos mãos, se dissessem que o cavaleiro non fezera direito. E todo esto trouxe Martim Vaasques por escripto e assinado per mãos de notairos das terras, e trouxe cartas dos reis e dos princepes e dos altos homees sobre esto, assinadas por eles.

E este Martim Vaasques da Cuiha leixou o castelo de Celorico pela maneira que lhe mandarom os reis e outros altos homees, e fez dos boos feitos que nunca formo feitos em Espanha, pera poderem os fidalgos leixar os castelos sem vergonha, quando lhos nom quiserem tomar aqueles de que os teem.

E esta boa façanha ficou pera sempre [...]

A boa façanha, diga-se de passagem, não fora senão a obstinação honrosa em resolver o problema cavaleiresco – sendo precisamente esta obstinação que deve servir de matriz para casos futuros, não o estratagema em si mesmo. Para além disto, atente-se para o que parece consistir em uma declaração de existência de uma grande comunidade nobiliárquica transeuropeia, particularmente preocupada com a preservação da vida cavaleiresca exemplar e pronta a prestar solidariedade à boa nobreza de todos os reinos. Desta comunidade ideal fariam parte tanto os reis como os fidalgos. “Nenhum rei está acima da verdade cavaleiresca” – mais uma vez verificamos a difusão desta mensagem.

A noção de uma grande comunidade de nobres e reis, prontos a lutar pela justiça e pela preservação da honra de cada um de seus bons nobres, consiste obviamente em uma ideia tão fantasiosa como a longa viagem que teria feito o Alcaide de Celorico por todos os reinos da Europa. O que importa, contudo, é o valor imaginário atribuído a esta proposição que situa cada rei individual abaixo de um conjunto maior de preceitos cavaleirescos, e de uma grande rede de solidariedades nobiliárquicas prontas a reagirem contra toda injustiça e transgressão. Aprisionado pela faixa do sombreado cavaleiresco e pela rede de relações nobiliárquicas, o rei dos nobiliários em algumas ocasiões se mostra ameaçado de tornar-se não mais do que um nobre como todos os outros – ainda que um nobre que almeje se projetar como o mais valoroso dos cavaleiros que com ele compõem o coeso corpo nobiliárquico.

REFERÊNCIAS:

Fontes:

Livro de linhagens do Conde Dom Pedro. Ed. José Mattoso. Lisboa: A.C.L., 1980. (“Nova Série” dos *Portugaliae Monumenta Historica*.)

Livros velhos de linhagens (incluindo o *Livro velho* e o *Livro do Deão*). Ed. José Mattoso e Joseph Piel. Lisboa: Academia de Ciências, 1980. (“Nova Série” 2 *Portugaliae Monumenta Historica*.)

Bibliografia:

ARISTOTELES. *Ética a Nicômaco*. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Os Pensadores, v. IV.)

CERTEAU, Michel de. Lire un braconnage. In: _____. *L'invention du quotidien*, I. Arts de faire, Paris, Union Générales d'Éditions, 1980, 10/18. p. 279-296.

CHARTIER, Roger. Textos e edições: a literatura de cordel. In: _____. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990. p. 166-187.

CHARTIER, Roger. Textos, leituras e impressos. In: _____. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990. p. 121-139.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

KRUS, Luis. *A concepção nobiliárquica do espaço ibérico (1280-1380)*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1994.

LE GOFF, Jacques. Mélusine maternelle et défricheuse. Le dossier médiévale. *Annales, E. S. C.* 26, 1971, Paris. p. 587-594.

MANGUEL, A. *Uma história da leitura*. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

MATTOSO, José. As fontes do nobiliário do Conde Dom Pedro. In: _____. *A nobreza medieval portuguesa*. Lisboa: Estampa, 1987. p. 57-100.

_____. Introdução. In: _____. *Livro de linhagens do Conde Dom Pedro*. Ed. José Mattoso. Lisboa: A.C.L., 1980. (“Nova Série” dos *Portugaliae Monumenta Historica*.)

_____. Ourém e D. Mécia Lopes de Haro. In: _____. *A nobreza medieval portuguesa*. Lisboa: Estampa, 1975.

MENÉNDEZ PIDAL, Ramón. Em torno a “Miragaia” de Garret. *Biblos* 20, 1944, Madrid.

SARTRE, Jean-Paul. *O ser e o nada: ensaio de ontologia fenomenológica*. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

ZUMTHOR, Paul. *A letra e a voz*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

MINICURRÍCULO:

José D'Assunção Barros é historiador e doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (Brasil). Atua desde 2000 como professor titular nos cursos de Graduação e Mestrado em História da Universidade Severino Sombra (USS) de Vassouras, e como professor visitante no Curso de Mestrado em História da Universidade Federal de Juiz de Fora (período 2007-2009). No ensino de História, tem se especializado nas áreas de Metodologia, Teoria e Historiografia, História Cultural, História da Literatura e História da Arte, e tem escrito livros e artigos relacionados a estes campos. Entre suas obras mais recentes destacam-se os livros *O campo da história* (Petrópolis: Vozes, 2004), *O projeto de pesquisa em história* (Petrópolis: Vozes, 2005) e *Cidade e História* (Petrópolis: Vozes, 2007). A partir de junho de 2006, começou a desenvolver, junto ao Real Gabinete Português de Leitura (Rio de Janeiro), com o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian, de Lisboa, uma pesquisa sobre o imaginário cavaleiresco nos livros de linhagens da Idade Média portuguesa, sendo o presente artigo baseado na pesquisa que findou em julho de 2007 e que prossegue por novas direções.